Anexo VIII

Conferência-Geral da UNESCO

Mesa Redonda

Paris, 9 e 10 de outubro 2003

Rumo à Sociedade do Conhecimento

Pronunciamento do Ministro da Ciência e Tecnologia do Brasil,

Doutor Roberto Amaral

Senhoras e Senhores,

É uma honra ter sido convidado pelo Diretor-Geral da UNESCO, Koï chiro Matsuura, para participar da Mesa Redonda sobre a Sociedade do Conhecimento.

A UNESCO é uma Organização sumamente compatível com o pensamento do Governo do Presidente Lula. No Brasil, a Organização apoia aqueles que detêm menor poder relativo, brindando-lhes ações solidárias baseadas em visão ética e humanística das relações internacionais.

A iniciativa desta reunião não podia ser mais oportuna. Vivemos em um mundo dividido em esferas de poder e do saber. Essa divisão não se soluciona apenas con o progresso da ciência e da tecnologia. Sem mudanças estruturais, continuará aumentando de maneira muito rápida, criando mais desigualdades entre povos e países.

Muitos acreditam que a Sociedade do Conhecimento propiciará um sistema internacional mais justo, funcionando para o benefício público e de todos, democraticamente. Nós, que vivemos em países em desenvolvimento, comprovamos em nossa dura realidade cotidiana, o quanto essa sociedade pode ser perversa e excludente. A apropriação do conhecimento dentro de uma lógica de concentração de recursos e do capital condena àmais completa marginalidade aqueles que não têm acesso àeducação, àciência e àcultura – justamente os temas de que se ocupa esta Organização.

Em um mundo de 5 bilhões e 600 milhões de habitantes, apenas 150 milhões são usuários de PCs. Menos de 10% dos usuários de computadores pessoais no mundo têm correio eletrônico. Menos de 7% têm acesso direto à Rede. Menos de 5% dos lares dispõem de PCs. Menos del 1% da população mundial tem acesso àInternet.

Sublinho a eloquência desses dados, que confirmam ser a Internet uma realidade para poucos, contrariando nossa percepção do fenômeno global de amplo espectro. A lacuna ou a brecha, no caso, se produz entre pobreza e riqueza, segundo as mesmas linhas que separam os poderosos dos carentes, ou os países desenvolvidos daqueles em desenvolvimento.

A “brecha digital” não é, portanto, apenas um problema de acesso àtecnologia ou de disponibilidade de infra - estrutura de telecomunicações.

Uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, divulgada no primeiro semestre de 2003, traçou o “mapa da exclusão digital” no Brasil. Cerca de 87% da população não possuem PCs. Apenas 8,3% estão conectados à Internet. Nove em cada 10 brasileiros não têm acesso a um computador. Entre os negros, apenas 4% têm um computador em casa. Entre a população branca, a percentagem sobe para 15%. São poucos os avanços da tecnologia da informação nos setores de maior carência social e econômica. A capacitação brasileira é mais expressiva nos setores do Governo e dos bancos (imposto de renda pago via Internet, votação eletrônica e automatização dos serviços bancários).

A pesquisa revela, portanto, uma superposição de apartheids racial, social e regional. E agora corremos o risco de viver o apartheid digital a serviço do agravamento de todos os outros.

Senhoras e Senhores,

O fator de produção determinante na sociedade do terceiro milênio é o conhecimento. Controlar fontes e meios de informação é controlar o conhecimento, é exercer sobre as sociedades o monopólio do poder, do poder científico que (é e) será cada vez mais a matéria prima do poder político.

Esse monopólio já se instala em outras áreas da atividade humana, inclusive sob a proteção jurídica de tratados e a administração de organismos multilaterais. Contra essa tendência, nosso recurso mais eficaz é a disseminação da informação e do conhecimento a partir de investimentos maciços em pesquisa e desenvolvimento – P&D, na ciência da informação e da computação, na robótica e informática, em software e hardware, em tecnologia, com vistas àpopularização do meio e seu acesso universal por nossos povos.

É muito importante que a UNESCO apoie o uso do software livre, que pode significar autonomia e redução de custos para países em desenvolvimento, uma alternativa às tecnologias proprietárias que dominam o mercado e buscam impor-se como elementos indissociáveis da expansão da revolução digital.

O Brasil trabalha na criação de seu próprio padrão de televisão digital, direcionado a servir interesses nacionais e, inserido nestes, as necessidades do nosso povo. Vinculados a esse padrão serão comercializados bens e serviços, inclusive serviços da indústria da educação, cultura e entretenimento, que exercerão, se já não o fazem, forte impacto sobre a formação social e cultural de cada país, com tendência à homogeneização de valores e costumes.

Grupos nacionais de pesquisa estudam alternativas para a produção de computadores individuais de baixo custo, visando a universalização de sua utilização.

Senhoras e Senhores,

Sociedade do Conhecimento não é venda de bens e serviços. Acredito, pois, que a UNESCO está particularmente capacitada para promover uma ampla gama de iniciativas conjuntas de apoio aos países em desenvolvimento neste campo. Com o objetivo de estimular um programa de trabalho para a Organização, apresento algumas propostas de interesse brasileiro:

- Tratamento não-proprietário de software, transmissões e outras tecnologias digitais indispensáveis para a diversidade lingüístico-cultural de países com

menor representação relativa na Internet e no tratamento eletrônico de bases de dados;

- Criação de uma rede internacional do conhecimento científico e tecnológico de naturaleza pública e acesso gratuito, vinculada, inclusive, a bases de dados sobre patentes e invenções;
- Criação de um fundo para a promoção da educação, ciência e cultura no ciberespaço, em apoio às redes de escolas públicas, universidades e institutos de pesquisa dos países em desenvolvimento. Esse sistema teria por objetivo a valorização da ciência nas escolas e sua popularização;
- Estudo para o desenvolvimento da TV Digital em torno de poucos padrões tecnológicos e os impactos que teria nos fluxos internacionais de bens e serviços da educação, da ciência e cultura;
- Proteção dos direitos e liberdades individuais contra medidas - propostas em outros fóruns - relacionadas com o combate ao terrorismo e a promoção de uma cultura de cibersegurança.
- Finalmente, quisera fazer uma solicitação à UNESCO para que trabalhe na criação de um consenso internacional para a conversão de uma parte da dívida dos países em desenvolvimento em investimentos nacionais destinados a promover a inclusão digital.

Espero que essas sugestões e outras que apareçam durante a Mesa Redonda possam enriquecer nosso debate sobre a Sociedade do Conhecimento. Elas refletem a convicção do Governo brasileiro sobre a atualidade e importância do tema, bem como a necessidade de participação ativa da UNESCO, com vistas a uma integração mais positiva dos países em desenvolvimento na nova era das tecnologias digitais.

Muito obrigado.